

ATA DE REUNIÃO

Evento: **2ª REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO (CMH)**

Local: Sede do Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGIM) - Itinga

Data e horário: 10/07/2013, às 09h00

Presentes: 19 pessoas - Vide cópia da lista de presença em anexo.

1. Atingido o quórum mínimo previsto na Lei para a instalação das reuniões (1/3 dos membros), foram abertos os trabalhos pela Secretária Municipal de Planejamento e Gestão Urbana, Eliana Marback, que saudou os presentes, informando que sua nomeação como membro do Conselho dar-se-á em breve, tendo como sua suplente a arquiteta Luciana Landim, Diretora de Planejamento Urbano/SEPLAN. No mesmo ato, se pretende publicar a nomeação dos conselheiros representantes da Sociedade Civil que ainda não foram indicados: faltam dois suplentes a serem indicados pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) e os dois representantes da Caixa Econômica Federal (titular e suplente).
2. Os conselheiros presentes discutiram longamente sobre a sequência mais correta a dar aos trabalhos do CMH no sentido de nomear e empossar os membros titulares e suplentes e, em seguida, aprovar o Plano Municipal de Habitação de Interesse Social (PMHIS), além de eleger a Diretoria Executiva do CMH.
3. O Instituto de Pesquisa e Tecnologia Gerencial Aplicada (IPGA), empresa elaboradora do PMHIS, fez uma explanação acerca da elaboração do Plano: metodologia aplicada (em conformidade com as diretrizes do Governo Federal), ampla participação da população e da sociedade civil organizada e esforço no sentido de abranger e contemplar todo o território municipal e suas demandas. Segundo Elíria Sant'Ana, coordenadora do IPGA, a coleta de informações realizada através de diversas audiências públicas possibilitou a elaboração de um diagnóstico detalhado (englobando desde problemas relativos à habitação até a oferta de serviços públicos em cada localidade). Este diagnóstico integra o produto final dos trabalhos do Instituto, composto por três Relatórios, sendo um volume por etapa. Na opinião da Coordenadora, é importante para o Conselho conhecer detalhadamente o Plano e as ações nele recomendadas, além de reconhecer que a população de Lauro de Freitas é composta por pessoas que vieram, em sua maioria, de outros municípios. Ela afirmou que o Plano tentou, ao máximo, ser fiel à verdadeira Lauro de Freitas e às necessidades de seus habitantes. O Plano teve a colaboração de técnicos qualificados da PMLF, além da contribuição direta da população. Ela lembrou que Santinho participou ativamente das atividades realizadas pelo IPGA durante a elaboração do PMHIS, na qualidade de integrante da Equipe Técnica da Prefeitura à época. Vanessa Ribeiro (SEPLAN) observou que um dos Relatórios do Plano apresenta Listas de Presença de diversas reuniões onde se constata a participação popular e se verifica que os trabalhos junto à população tiveram início em dezembro de 2008, há mais de cinco anos. Desta forma, é possível que as pessoas que participaram da elaboração do Plano já tenham perdido a esperança de que ele venha a ser implementado. É muito bom que o CMH

tenha agora a oportunidade de levar a termo todo o esforço empreendido no passado por tantas pessoas. Ela observou ainda a grande abrangência das audiências, o que leva a crer que toda a superfície do Município encontra-se coberta pelo PMHIS, aí incluindo até mesmo localidades mais longínquas e comumente esquecidas – na metodologia adotada, o Município foi dividido em nove zonas, compostas por muitos loteamentos e bairros. A Secretária Eliana Marback, tomando a palavra, disse que leu o Plano integralmente e considerou que o diagnóstico está muito bem fundamentado e detalhado; trata-se de um plano completo, em sua opinião. Ela continuou, informando que a prestação de contas do Plano foi feita em janeiro deste ano e que foi um processo tranquilo, pois o Plano foi feito com o rigor técnico necessário. Santinho propôs que o Plano, após sua aprovação no âmbito do CMH, seja apresentado à população através de uma audiência pública – proposta bem recebida e acatada pelos presentes. Eliana Marback recomendou a todos que leiam o Plano e foi entregue um CD aos presentes que ainda não possuíam, contendo os relatórios finais do PMHIS.

4. Francisco Silva colocou a preocupação de que o Plano estivesse defasado pela intensa dinâmica urbana atualmente verificada no Município de Lauro de Freitas, mas Eliana Marback esclareceu que o último relatório data de junho de 2012, ou seja, uma data recente. Ele afirmou que, dada a importância do Plano, ele deve realmente ser objeto de audiência pública para lhe dar ampla publicidade, além de ser necessário prever atualizações periódicas no mesmo.

5. Santinho esclareceu que o Plano foi elaborado para vigor até o ano de 2020, o que significa que os colaboradores tinham uma visão de futuro ao elaborá-lo. Por outro lado, ele chamou a atenção dos presentes para a necessidade de revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal (PDDM) – Lei Municipal 1.330 de 30/12/2008. Geraldo Almeida (SEMASCI) lembrou que a captação e liberação de recursos federais para investimentos na área de habitação de interesse social dependem da aprovação do Plano por parte do CMH.

6. O vereador Lula Maciel recordou que há um prazo exíguo (até o final do mês de julho) para a aprovação do Plano ser encaminhada à Caixa Econômica para posterior envio ao Ministério das Cidades. Desta forma, é necessário oficializar logo a composição do CMH para que seja possível votar as matérias com caráter paritário entre Poder Público e Sociedade Civil.

7. Santinho lembrou que existe uma proposta de criação do Conselho da Cidade, no qual o Conselho de Habitação se tornaria uma câmara técnica, mas que foi pactuado na 5ª Conferência das Cidades que primeiramente devem ser sanadas todas as pendências existentes no CMH para que oportunamente se retomem estas discussões.

8. Ariston Xavier (MTST) destacou que só podem votar, por exemplo, na aprovação do Plano, os conselheiros cuja nomeação já foi publicada no Diário Oficial do Município (DOM). Se não, as deliberações do Conselho ficam passíveis de impugnação - vulneráveis, portanto. Eliana Marback, então, afirmou que, se o MTST formalizasse a indicação dos dois suplentes que lhe faltam e a Caixa formalizasse a indicação dos seus dois representantes, a aprovação do Plano poderá se realizar na próxima semana. Leandro Santana (PROJUR) pontuou que votar o Plano com a composição do CMH completa e devidamente publicada no DOM é mais seguro juridicamente. Vanessa Ribeiro lembrou a todos que a aprovação do Plano não é a única pendência, uma vez que também é necessário elaborar e aprovar o Regimento Interno do Conselho e eleger a Diretoria Executiva. Eliana Marback disse acreditar que na próxima reunião será possível deliberar sobre todos os pontos de pauta, em sua opinião, e agendou

para o dia 18/07/2013, quinta-feira, no auditório da Câmara Municipal, no Centro, a partir das 14h00. Ela solicitou que estejam presentes todos os membros titulares e seus suplentes.

9. Como nada mais houvesse a ser tratado, foram encerrados os trabalhos e eu, Vanessa Ribeiro, que servi de secretária da reunião, lavrei a presente ata, que, lida e achada conforme, segue assinada por todos os membros presentes.

Em 10 de julho de 2013.

Vanessa Ribeiro dos Santos

Arquiteta – SEPLAN/PMLF – Matrícula 47.978